DAVAR POLISSÊMICA

Gestão democrática e Ensino Religioso: contribuições à prática docente

Cristina Siqueira Novaes[1]
Mestranda em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória

Wallace Soares da Paixão[2]
Pós-doutorando no PPGCR da PUC Campinas

Resumo: O artigo analisa a influência da gestão democrática sobre a prática pedagógica de professores de Ensino Religioso. A partir de um estudo bibliográfico e exploratório, procura-se refletir sobre o impacto das ações da gestão sobre a prática docente no Ensino Religioso. Depreende-se que a gestão escolar, enquanto instância promotora de práticas democráticas e democratizantes, favorece a construção de uma cultura de respeito à diversidade cultural e religiosa. A gestão democrática pressupõe o estabelecimento de parcerias na comunidade escolar, e o artigo explora sobretudo os professores de Ensino Religioso.
Palavras-chave: Gestão Democrática; Prática Pedagógica; Ensino Religioso.

Democratic management and Religious Education: contributions to teaching practice

Abstract: This article analyzes the influence of democratic management on the pedagogical practice of Religious Education teachers. From a bibliographic and exploratory study, it seeks to reflect on the impact of management actions on teaching practice in Religious Education. It can be inferred that school management, as an instance that promotes

Recebido em: 25 ago. 2025 Aprovado em: 11 out. 2026
DOI: https://doi.org/10.29327/2401156.20-10

[1] Mestranda em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória. Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação e Comunicação Social, pós-graduada em Formação em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. É gestora escolar na EMEF Alvimar Silva, desde 2012. CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/8655174413210292 Orcid: https://orcid.org/0009-0001-2277-0116 E-mail: crissqnovaes@hotmail.com

[2] Estágio pós-doutoral em Ciências da Religião pela PUC Campinas. Doutor e mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória (FUV). Licenciado em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória, em Letras-Português pela Faculdade Claretiano, graduado em Teologia pela FUV e em Administração pela Faculdade Espírito-Santense - FAESA. Docente na Graduação em Administração pela Faculdade de Ensino Superior Brasileira (FEBRAS). Docente na Graduação em Teologia e na Pós-Graduação em Ciências das Religiões e em Teologia pela Faculdade IPEMIG (FIPEMIG). CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/2854153473290670 Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1502-350X E-mail: soares.ensino@gmail.com

democratic and democratizing practices, favors the construction of a culture of respect for cultural and religious diversity. Democratic management presupposes the establishment of partnerships in the school community, and the article explores mainly the teachers of Religious Education.
Keywords: Democratic Management; Pedagogical Practice; Religious Education.

Gestión democrática y enseñanza religiosa: aportaciones a la práctica docente

Resumen: El artículo analiza la influencia de la gestión democrática en la práctica pedagógica de los profesores de Educación Religiosa. A partir de un estudio bibliográfico y exploratorio, se pretende reflexionar sobre el impacto de las acciones de la gestión en la práctica docente de la Educación Religiosa. Se deduce que la gestión escolar, como instancia promotora de prácticas democráticas y democratizadoras, favorece la construcción de una cultura de respeto hacia la diversidad cultural y religiosa. La gestión democrática presupone el establecimiento de colaboraciones en la comunidad escolar, y el artículo se centra especialmente en los profesores de Educación Religiosa.
Palabras clave: Gestión democrática; Práctica pedagógica; Educación Religiosa.

Introdução

O artigo reflete sobre a prática pedagógica de professores de Ensino Religioso, tendo em vista a influência da gestão democrática no processo de ressignificação das concepções preconizadas na legislação que rege a educação brasileira. Considera-se que os profissionais docentes desse componente curricular devem fundamentar sua prática pedagógica nos valores do respeito à diversidade cultural e religiosa, visando a construção de uma cultura de paz e justiça social, em benefício da articulação de práticas democráticas e democratizantes (Lima; Pereira, 2024).

A relação entre gestão democrática e prática pedagógica de professores de Ensino Religioso é um aspecto que pode ser aprimorado no decorrer do tempo. A história desse componente curricular, não raro, foi marcada pela imposição e transmissão de crenças e dogmas, ou seja, sem qualquer possibilidade de uma participação ativa dos estudantes no processo de construção do conhecimento. Todavia, com o avanço das teorias pedagógicas e com a promoção dos princípios democráticos no campo da educação, a gestão democrática tem sido reconhecida e valorizada como um elemento chave nas práticas pedagógicas de diferentes componentes curriculares, inclusive no Ensino Religioso.

Nas bases da gestão democrática, subjaz a participação ativa dos estudantes, a valorização e o respeito à diversidade cultural e religiosa bem como a promoção da reflexão crítica e do diálogo. Os professores de Ensino Religioso que aderem à perspectiva da gestão democrática, geralmente, consideram o envolvimento dos estudantes nos processos de decisões acerca dos temas desenvolvidos nas salas de aula, promovendo atividades estimuladoras da reflexão crítica, visando ainda a construção coletiva do conhecimento.

No campo da prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso, a gestão democrática pode abranger estratégias interessantes, tais como: realização de debates, rodas de conversa, pesquisas e estudos sobre as diferentes manifestações dos fenômenos religiosos, além de fomentar a escuta ativa dos estudantes sempre com respeito às opiniões e experiências prévias que eles carregam consigo. A gestão democrática abre espaço para garantir a escuta ativa de todas as vozes, não restringindo esse espaço para determinadas crenças religiosas ou filosofias de vida. O objetivo corolário consiste em criar um ambiente marcado pelo respeito, diálogo e expressão de perspectivas distintas.

Por isso, objetiva-se analisar a relação entre gestão democrática e prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso. O percurso metodológico segue na linha da pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, e exploratória. O referencial teórico se estrutura no pensamento de Junqueira (2017) e Campos e Pereira (2024), em busca de uma compreensão sobre a prática pedagógica dos professores desse componente curricular, sem perder de vista o contexto escolar e, sobretudo, as ações da gestão escolar.

1 O Ensino Religioso na BNCC

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Ensino Religioso é descrito como uma das áreas de conhecimento do Ensino Fundamental, com o objetivo de promover o respeito à diversidade cultural e religiosa e a compreensão crítico-reflexiva em relação às manifestações religiosas que perpassam o tecido social. Na redação da BNCC, os objetivos do Ensino Religioso são os seguintes:

> Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos; desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e

> seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal; contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania (Brasil, 2018, p. 436).

De modo geral, os objetivos do Ensino Religioso na BNCC favorecem a compreensão da diversidade cultural e religiosa, a partir do reconhecimento de que existem formas distintas de manifestação dos fenômenos religiosos. A BNCC insere o Ensino Religioso na perspectiva do diálogo inter-religioso e estimula a convivência em harmonia entre sujeitos de diferentes crenças, culturas e filosofias de vida, visando a construção de uma sociedade tolerante e plural.

O desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo está aí pressuposto, porque o questionamento e o debate sobre diferentes mundividências subjaz na proposta de compreensão das relações entre religião, ética, sociedade e cultura. Além disso, o texto da BNCC advoga pela formação integral dos estudantes como uma forma de favorecer seu desenvolvimento pessoal, social e cultural, sobretudo para lidar com questões ligadas à identidade, valores, sentido da vida, condutas e normas. Há uma ênfase ainda na formação cidadã, que contribui para a construção de uma sociedade cada vez mais justa e democrática, com um profundo incentivo à participação ativa, crítica e responsável dos estudantes na vida em sociedade (Brasil, 2018).

O advento da BNCC foi importante para que o Ensino Religioso deixasse de ser lecionado segundo o modelo confessional, ou seja, favorecendo uma religião em detrimento de outras. Ao contrário, esse componente curricular deve valorizar a diversidade cultural e religiosa e o pluralismo religioso, favorecendo a construção de uma sociedade mais justa e democrática na qual as diferenças, culturais, sociais ou religiosas, sejam valorizadas. A proposta da BNCC trata os fenômenos religiosos pela perspectiva científico-acadêmica, desde que ela seja acessível para todos os estudantes (Brasil, 2018).

A BNCC emergiu como uma proposta para harmonização da educação nacional criticada por sua configuração que desprezava, por exemplo, diversidades territoriais, tais como a Amazônia. De acordo com Santos e Diniz-Pereira (2017, p. 282), "o processo de padronização do currículo do Ensino Fundamental está cada vez mais difundido, tanto no Brasil quanto em vários países do mundo". Para os autores, tal padronização assume um caráter federativo que inclui, por exemplo, instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, sem desprezar as diferentes aprendizagens que devem ser consolidadas nas etapas da Educação Básica. A BNCC, nesse sentido, é um documento que normatiza e define um conjunto orgânico de aprendizagens

elementares que os estudantes precisam desenvolver nas diferentes modalidades da Educação Básica (Brasil, 2018). Tem-se aí o objetivo de garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento à luz dos pressupostos do Plano Nacional de Educação (PNE).

Na BNCC, destarte, o conhecimento sobre os fenômenos religiosos deixou de ser somente uma parcela do currículo, sengo agora notado como uma área do conhecimento, como as demais que já constituem o sistema educacional do Brasil (Brasil, 2018). Mas, nas diferentes versões da BNCC, o Ensino Religioso adquiriu um espaço em sua última versão. A despeito de compor o currículo do Ensino Fundamental nacional há mais tempo, apenas nas últimas décadas o Ensino Religioso recebeu características similares aos demais componentes curriculares.

A área foi moldada no sistema educacional por uma rede complexa de relações políticas e interesses de determinados grupos. Essa disputa de forças permanece no seio do aparato estatal com embates constantes pela hegemonia de crenças e exercício de poder e legitimidade, explica Silva (2018). Na redação da BNCC, o caráter catequético e confessional é relatado na história do Ensino Religioso, pois perpassaram, por muito tempo, o funcionamento desse componente curricular na educação do país. Hoje, o Ensino Religioso é fruto de investimentos históricos de órgãos da educação brasileira e daqueles que desenvolvem pesquisas acadêmicas nesse campo (Wachholz, 2015).

Na BNCC, o Ensino Religioso obteve como objeto de estudo o conhecimento religioso, que, de início, segue na contramão das perspectivas catequéticas e confessionais, porém, permanece com oferta obrigatória para as instituições públicas de ensino, mas facultativa para os estudantes, segundo a Lei nº 9.394/96, em seu artigo 33, alterado pela Lei nº 9.475/97 (Brasil, 1996; Brasil, 1997). A BNCC definiu dez competências gerais a serem desenvolvidas pelos estudantes na Educação Básica (Brasil, 2018), entendendo competência como a "mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver as complexas exigências da vida cotidiana, a plena aplicação da cidadania e do mundo do trabalho" (Brasil, 2018, p. 8).

A BNCC estabeleceu o Ensino Religioso como uma das áreas de conhecimento que compõe o currículo das escolas públicas brasileiras, com o objetivo de promover o respeito à diversidade cultural e religiosa e, com isso, incentivar o diálogo inter-religioso. Por isso, é importante analisar como isso pode ser influenciado pela gestão escolar.

2 Gestão democrática e a prática pedagógica no Ensino Religioso

A gestão democrática no âmbito da prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso demonstra um potencial para abranger a participação ativa dos estudantes no processo de elaboração de normas para convivência no ambiente escolar e no estabelecimento de estratégias de avaliação que facilitam a autoavaliação e coavaliação entre os estudantes. Com efeito, a gestão democrática também pode favorecer o desenvolvimento de um consciência crítico-reflexiva e participativa nos estudantes, estimulando-os a se tornarem cidadãos responsáveis e ativos na sociedade (Hora, 2007; Paro, 2002).

Contudo, isso não sinaliza para a imposição de tradições ou crenças religiosas e muito menos na rejeição da relevância das religiões na vida dos estudantes. Ao contrário, o objetivo da gestão democrática consiste na promoção do respeito e na valorização da diversidade cultural e religiosa, a partir da promoção do diálogo intercultural e inter-religioso, incentivando a compreensão recíproca e a tolerância, o que favorece a formação de cidadãos crítico-reflexivos com condutas de respeito às diferenças (Hora, 2007).

O Brasil apresenta uma realidade complexa em relação à sua diversidade cultural e religiosa. Trata-se de um país pluralista na cultura, na política, na economia e na sociedade. Em virtude dessas características, diferentes manifestações de discriminação e desrespeito se tornaram comuns, por exemplo, a desigualdade de gênero e o racismo. Mas, há outro tipo de discriminação crescente, a intolerância religiosa, compreendida aqui como qualquer "forma de preconceito, insulto ou desqualificação de diferentes crenças e religiões" (Reis, 2017, p. 366).

Diante das transformações sociais no Brasil, as escolas emergem com uma importância singular em relação ao desenvolvimento humano. No que tange à formação e à educação, as instituições escolares constituem um "espaço para a convivência de crianças e filhos, adolescentes de diversas procedências, transmitindo conhecimentos sistematizados sobre o país e o mundo e um dos locais onde se ensinaram as regras do espaço público" (Valente, 2010, p. 30). Nas palavras complementares de Valente (2010), afirma-se ainda:

> As regras de um espaço público historicamente marcado pelo desrespeito à diferença podem ser ensinadas: como se fosse possível que a crítica dirigida à sociedade ficasse fora dos muros da escola; como se as desigualdades, as injustiças, os conflitos de classe e culturais existentes na sociedade fossem de alguma forma neutralizados no contexto escolar,

> tornando-se assim uma realidade a-histórica (Valente, 2010, p. 30).

Logo, as práticas pedagógicas devem contribuir para o debate das diferenças, sobretudo no campo da docência no Ensino Religioso. De acordo com Junqueira (2017):

> Trabalhar com a diversidade nas escolas é fundamental para garantir a igualdade sem destruir as diferenças. Em um país como o nosso, marcado por contrastes e desigualdades de recursos, direitos e oportunidades de aprendizagem, a consciência da voz ativa, educação de qualidade para todos torna-se essencial (Junqueira, 2017, p. 22).

A prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso é relevante para a gestão escolar. Esse componente curricular é obrigatório no Ensino Fundamental das escolas públicas e opcional nas escolas privadas.

Os professores de Ensino Religioso, além de promotores do conhecimento sobre os fenômenos religiosos e diferentes filosofias de vida, têm como objetivo ulterior a formação ética e cidadã dos estudantes. Com efeito, faz-se necessário que esses profissionais tenham uma formação específica – na área das Ciências das Religiões – e uma postura reflexiva e ética para tratar questões que tocam a religião no contexto escolar.

A prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso deve fundamentar-se em valores, tais como o respeito à diversidade cultural e religiosa, tolerância religiosa e buscar a promoção da paz e da justiça social. Para tanto, é preciso recorrer a uma metodologia plausível, com o objetivo de desenvolver uma educação de qualidade. Por sua vez, a gestão escolar deve fornecer um suporte para esses professores, por exemplo: formação continuada, espaços adequados para o desenvolvimento das atividades e recursos didáticos pertinentes. A gestão escolar deve favorecer o diálogo e a compreensão entre as diferentes religiões e filosofias de vida que perpassam a escola. Com isso, a gestão garante um ambiente de respeito e convivência harmoniosa pautada em processos permanentes de justiça social, evitando exclusões pelo caráter plural que a escola possui (Santos; Lélis; Vale, 2020).

Com efeito, a gestão democrática reflete sobre a prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso, porque ela contribui no processo de formação integral dos estudantes e favorece a construção de uma sociedade mais justa e democrática. O Ensino Religioso, segundo o texto da BNCC, objetiva o desenvolvimento da compreensão sobre as religiões e diferentes

filosofias de vida, podendo ainda promover valores éticos para uma convivência harmoniosa em termos de democracia. O Ensino Religioso abre espaço para abordagens pluralistas e respeitosas sobre as religiões, garantindo a liberdade religiosa e o respeito à diversidade cultural e religiosa.

Os professores de Ensino Religioso devem desenvolver habilidades de articulação de temas sensíveis a certos grupos religiosos ou a estudantes sem pertença religiosa, agnósticos, entre outros. Para tanto, é mister uma formação sólida e atual em torno da temática, além de uma conduta crítico-reflexiva. Em relação aos reflexos da gestão escolar, a prática pedagógica desses profissionais ganha possibilidades para construir uma cultura de respeito e tolerância no ambiente escolar, através da promoção do diálogo e da convivência pacífica entre os grupos e culturas presentes nesse espaço educacional.

A gestão escolar pode proporcionar as condições indispensáveis para os professores de Ensino Religioso desenvolverem sua prática pedagógica efetivamente. É a partir dessa dimensão que a formação continuada pode ser garantida, bem como o acesso de materiais e recursos pedagógicos pertinentes. A gestão escolar contribui, nesse sentido, com a construção da cultura de respeito à diversidade cultural e religiosa, porque suas ações podem promover o diálogo entre os diferentes grupos que compõem o espaço escolar.

De acordo com Sánchez Vázquez (1997), a prática pedagógica opera e se explica em sua essência como atividade da prática. Ou seja, trata-se de uma ação deliberada em contextos determinados de aprendizagem. O sujeito histórico da ação está inserido no todo, em diálogo com os particulares, permitindo que a dimensão dialética se desenvolva com fluidez. Esse processo pressupõe uma ação humana diante das mudanças da sociedade, porque não bastaria apenas conhecer ou interpretar o mundo na abstração da teoria, e sim transformá-lo, isto é, na dimensão da prática.

O ser humano tem um grande potencial de se tornar o sujeito da história, de maneira que sua prática não seja meramente condutora da interpretação do mundo, mas favoreça sua transformação. A prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso não está dissociada desse contexto, sobretudo quando é projetada na perspectiva democrática e participativa nas escolas em torno de temas como a diversidade cultural e religiosa, que não deveriam ser silenciados ou negligenciados. Shon (2000) tratou a escola como *locus* privilegiado para o desenvolvimento de processos sociopolíticos e pedagógicos, aspectos que emergem da gestão escolar e estruturam a prática educativa. Para o autor, através desses aspectos, o

impacto das ações dos sujeitos incide na transformação do mundo a partir da dialética ação-reflexão e reflexão-ação.

A prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso deve se relacionar com o contexto dos estudantes e da escola. Não basta somente que o professor seja um portador e transmissor de informações, cuja prática se reduza a demonstração de competências teóricas e habilidades técnicas. Há um horizonte político em torno da prática pedagógica que não despreza a criatividade, pois, segundo Freire (1987, p. 67), "quando chega a hora de agir, torna-se prática autêntica se o conhecimento resultante se torna objeto de reflexão crítica".

Diversidade cultural e religiosa e gestão democrática são temas relevantes para a prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso. A diversidade cultural e religiosa sinaliza para a variedade de culturas e tradições religiosas manifestas na sociedade. A gestão democrática incide sobre a participação ativa dos estudantes no processo de construção do conhecimento, organização das aulas e tomada de decisão a partir do binômio professor-estudante, isto é, na coletividade.

Em relação à diversidade cultural e religiosa, há a necessidade de um conhecimento sobre as diferentes tradições religiosas e filosofias de vida por parte dos professores de Ensino Religioso. A questão toca na necessidade de formação inicial e continuada, pois ela ajuda no enfrentamento de preconceitos e discriminações na sala de aula, fazendo ainda que o professor esteja aberto ao diálogo e ao respeito às diferenças. Mas, para que a gestão democrática seja efetivada com êxito, os professores devem ouvir e valorizar as experiências e o conhecimento prévio dos estudantes, incentivando-os a participarem ativamente no processo ensino-aprendizagem. Para tanto, reforça-se a necessidade de criar um ambiente propício e acolhedor para todos os estudantes, sem distinções, por exemplo, de suas religiões ou filosofias de vida.

Segundo Libâneo (2004), é possível depreender que o professor pode recorrer ao uso de recursos pedagógicos para abordar a diversidade religiosa. Por exemplo, a realização de debates, apresentação de pesquisas sobre diferentes tradições religiosas, inserção de conteúdos ligados às religiões em atividades e avaliações, e muitas outras estratégias pedagógicas. A gestão democrática e a diversidade cultural e religiosa, nesses termos, são indispensáveis na prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso. A primeira na dimensão das deliberações, e a segunda no campo das temáticas e dos propósitos de construir uma cultura de respeito e diálogo. Com isso, acredita-se na possibilidade de criar um espaço de aprendizagem

participativo, pautado no respeito e inclusivo, independentemente de religião, crença ou filosofia de vida.

A transformação e a construção do conhecimento são processos cumulativos, porém, não são processos estanques. Por isso, é importante questionar a formação e as práticas dos professores de Ensino Religioso. Segundo Rodrigues (2013):

> Este debate deve propor um perfil de professores de Ensino Religioso que em seu cotidiano são exemplos de cidadãos participativos na vida social e que contribuem para a troca de experiências da comunidade na elaboração de propostas curriculares e documentos escolares, como forma de estimular a participação dos todos (Rodrigues, 2013, p. 66).

O professor, nesse sentido, deve desenvolver uma consciência multicultural e contextual, porque atua em um país marcado pela diversidade cultural e religiosa. Segundo Rodrigues (2013), a prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso não pode abdicar desse dado para não incorrer em práticas excludentes.

O papel das instituições de ensino consiste em corrigir o desrespeito à diversidade cultural e religiosa e à subjetividade das pessoas. Com a perspectiva política de instrumentalizar o Ensino Religioso apenas como acréscimo à carga horária curricular, um tempo precioso está sendo perdido. Novamente, a nova redação do artigo 33 da LDB preconiza o seguinte:

> O Ensino Religioso, de caráter facultativo, é parte integrante da formação básica do cidadão, representa a disciplina nas classes regulares das escolas públicas de ensino fundamental, assegura o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil e proíbe qualquer forma de proselitismo (Brasil, 1997, [n.p.]).

Como parte constituinte do currículo das escolas públicas nacionais, a despeito do caráter facultativo de sua matrícula, o Ensino Religioso deve promover o respeito e a tolerância na sociedade, a partir de uma prática crítico-reflexiva. Por isso, Nascimento (2000) sugere que formação de professores trabalhe com todas as complexidades que permeiam o contexto escolar:

> Identidade refere-se ao conjunto de elementos que compõem uma cultura. Ao trabalhar a Identidade na formação de professores, partimos da análise do nome das pessoas, seu

> caráter histórico, sua ligação afetiva e cultural, um nome representativo como aspecto da família, uma rede familiar, relacionada ao pertencimento, um vínculo que permite a um indivíduo olhar e se relacionar com o mundo de um lugar, onde você está (Nascimento, 2000, p. 99).

Por isso, é premente articular o ambiente escolar com aspectos sociais e valores democráticos, não somente em relação ao tratamento de conteúdos, mas também pensar a escola como *locus* de produção coletiva de valorização da vida. Todas as esferas da vida devem ser conhecidas com seus relativos movimentos históricos, políticos e sociais, inclusive os fenômenos religiosos, que contribuem o desenvolvimento das culturas.

O componente curricular Ensino Religioso deve ser lecionado na direção do respeito às particularidades, motivando os estudantes à descoberta através da pesquisa e do estudo. Ensinar requer comprometimento: "não posso ser professor sem me colocar diante dos alunos, sem revelar fácil ou relutantemente meu modo de ser, de pensamento político" (Freire, 1996, p. 59). O conhecimento sobre si e o outro é o fundamento para que os professores estimulem a construção do conhecimento, fazendo parte desse processo. As experiências prévias dos estudantes sobressaem como elemento vital e, por isso, deve ser privilegiado pelos professores de Ensino Religioso.

A democracia e a diversidade cultural e religiosa na prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso sinalizam para aplicações e articulações de princípios democráticos, tais como: igualdade, inclusão, diálogo, participação e respeito pelos direitos humanos, que devem ser aplicados no contexto escolar em todas as suas dimensões. Isso favorece um ambiente escolar inclusivo, em que as diferentes tradições religiosas e filosofias de vida sejam tratadas om respeito, e os estudantes, por sua vez, consigam aprender diferentes conteúdos de maneira imparcial e objetiva (Nascimento, 2000).

A gestão democrática e o tema da diversidade cultural e religiosa na prática pedagógica do Ensino Religioso apresentam como fundamento os princípios dos direitos humanos, sem desprezar a liberdade de crença e religião, um direito fundamental reconhecido globalmente. Portanto, as escolas devem promover o respeito e assegurar o direito dos estudantes de praticarem sua religião ou filosofia de vida, desde que tal prática não prejudique os direitos dos demais.

Conclusão

A confluência entre gestão democrática e a prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso mostrou-se relevante para compreender

alguns desafios e possibilidades que perpassam a formação integral dos estudantes, no sentido de cidadãos crítico-reflexivos, em um cenário caracterizado por uma ampla diversidade cultural e religiosa. A gestão democrática, que repousa sobre os princípios da participação, transparência e do diálogo, emergiu como um alicerce para práticas pedagógicas promotoras de abordagens não confessionais para o componente curricular em questão.

Com isso, pode-se garantir o respeito à diversidade cultural e religiosa e construir um ambiente inclusivo e de respeito, pois essa é uma das responsabilidades da comunidade escolar, em especial da gestão. A gestão democrática, em seu aspecto de estrutura administrativa que abarca tomada de decisões e integração da comunidade escolar como um todo, é um campo fértil para o desenvolvimento e execução de práticas pedagógicas pautadas no respeito e na valorização das diferentes tradições religiosas e filosofias de vida. Através do diálogo colaborativo entre professores, estudantes, gestores, famílias e outros, pode-se construir um espaço em que diferentes perspectivas religiosas sejam reconhecidas e coexistam pacificamente.

A prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso adquire profundidade e relevância quando se fundamenta nos princípios da gestão democrática. De modo consequente, instaura-se um processo de democratização das relações humanas na escola e para além dela. A abordagem das diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, desde que pautada no respeito, pode fomentar a compreensão crítico-reflexiva e motivar os estudantes ao questionamento, análise e reflexão sobre as diferentes manifestações religiosas. A abordagem baseada no respeito, na empatia e na tolerância enriquece o processo ensino-aprendizagem, como também favorece a formação de cidadãos éticos e conscientes sobre seu papel na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Portanto, a relação entre gestão democrática e a prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso extrapola as fronteiras da escola e favorece o diálogo permanente, o respeito e a convivência em uma sociedade marcada pela diversidade cultural e religiosa. A confluência entre gestão democrática e a referida prática pedagógica transforma a escola em um ambiente pacífico, que não somente respeita às diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, mas também as valoriza como elementos da teia cultural brasileira. Nesse percurso, os professores de Ensino Religioso emergem como agentes da transformação, conduzindo os estudantes rumo a um futuro caracterizado pela compreensão, pluralidade e harmonia.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. *Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997*. Brasília: Presidência da República, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HORA, Dinair L. *Gestão educacional democrática*. Campinas: Alínea, 2007.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A. Introdução geral. *In*: JUNQUEIRA, Sérgio R. A.; BRANDENBURG, Laude R.; KLEIN, Remí (orgs.). *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017. p. 21-25.

LIBÂNEO, José C. Organização da gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, F. W. C.; PEREIRA, M. S. V. Justiça social via Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular. *Concilium*, *v. 10,* n. 1, p. 93-103, 2024.

NASCIMENTO, Valdecir P. *Educação, racismo e antirracismo*. Salvador: Edufra, 2000.

PARO, Vitor H. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11-23, 2002.

REIS, Marcos V. F. Ensino Religioso e intolerância religiosa. *In*: JUNQUEIRA, Sérgio R. A.; BRANDENBURG, Laude E.; KLEIN, Remí (orgs.). *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017. p. 366-369.

RODRIGUES, Elisa. Questões epistemológicas do Ensino Religioso: uma proposta a partir da Ciência da Religião. *Revista Interações*, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p. 230-241, 2013.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofia da práxis*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SANTOS, Émina M. N.; LÉLIS, Luziane S. C.; VALE, Cassio. O direito à educação na perspectiva da justiça distributiva: uma análise sobre a Reforma do Ensino Médio. *Educação*, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 1-25, 2020.

SANTOS, Lucíola L. C. P.; DINIZ-PEREIRA, Júlio E. Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 36, n. 100, p. 281-300, 2017.

SHON, D. A. *Educando o profissional reflexivo:* um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Suely. Sistema de educação brasileiro, Ensino Médio: reajustes e limites. *Itinerarius Reflectionis*, Jataí, v. 14, n. 1, p. 1-20, 2018.

VALENTE, J. A. O papel da interação e as diferentes abordagens pedagógicas de Educação a Distância. *In*: MILL, D. R. D.; PIMENTEL, N. R. *Educação a distância*: desafios contemporâneos. São Carlos: EdUFSCar, 2010. p. 25-42.

WACHHOLZ, Wilhelm. Introdução. *In*: JUNQUEIRA, Sérgio R. A. (org.). *Ensino Religioso no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2015. p. 19-20.